

A MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PELA CAFEICULTURA: A IMPORTÂNCIA DAS COOPERATIVAS E PRONAF EM CAMPOS GERAIS-MG

THE MONOPOLIZATION OF TERRITORY BY COFFEE PRODUCTION: THE ROLE OF COOPERATIVES AND PRONAF IN CAMPOS GERAIS-MG

LA MONOPOLIZACIÓN DEL TERRITORIO POR LA CAFICULTURA: LA IMPORTANCIA DE LAS COOPERATIVAS Y DEL PRONAF EN CAMPOS GERAIS-MG

Guilherme Guiari

Mestre em Geografia, Universidade Federal de Alfenas-MG, guilherme.correia@sou.unifal-mg.edu.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2425-4481>

Flamarion Dutra Alves

Doutor em Geografia, Professor Associado IV no Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Alfenas-MG, flamarion.dutra@unifal-mg.edu.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0318-7301>

RESUMO: A produção agrícola para o mercado internacional e suas cadeias agroindustriais é vista por muitos como uma divisão social do trabalho que majoritariamente inclui grandes empresas e grandes proprietários de terras. Entretanto, mais recentemente e em algumas regiões brasileiras parece estar ocorrendo uma mudança nos paradigmas produtivos, incluindo boa parte da agricultura familiar nesse processo produtivo como a base subordinada de toda a cadeia. O município de Campos Gerais, em Minas Gerais, destaca-se pela especialização na produção de café, na qual a agricultura familiar desempenha papel central no cultivo do grão. Nessa região, as cooperativas atuam como mediadoras entre os produtores locais e o mercado global, configurando redes de intermediação que conectam escalas geográficas distintas gerando novas tensões territoriais. Diante desse cenário, este estudo investiga o papel das cooperativas nesse processo, considerando sua interação com o PRONAF enquanto política pública voltada ao fortalecimento da agricultura familiar. Argumenta-se que a interdependência entre estratégias de sobrevivência dos agricultores, incentivos estatais à exportação e o cooperativismo resulta em uma dinâmica de “cooperação para a competição”, na qual os agricultores familiares ocupam a base fragilizada da cadeia produtiva. Além das implicações econômicas para essas famílias, esse modelo contribui para a commoditização do espaço rural e representa um entrave à segurança alimentar da população.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Cafeicultura; Cooperativas; Pronaf.

ABSTRACT: Agricultural production for the international market and its agro-industrial chains are often associated with large companies and major landowners. However, in recent years, certain Brazilian regions have experienced shifts in productive paradigms, incorporating family farming into this process as the subordinated base of the entire chain. The municipality of Campos Gerais, in Minas Gerais, stands out for its specialization in coffee production, in which family farming plays a central role in cultivating the crop. In this region, cooperatives act as intermediaries between local producers and the global market, forming intermediation networks that connect distinct geographical scales and generate new territorial tensions. In this context, this study investigates the role of cooperatives in this process, considering their interaction with PRONAF as a public policy aimed at strengthening family farming. It is argued that the interdependence between farmers' survival strategies, state incentives for agricultural exports, and cooperativism results in a dynamic of "cooperation for competition," in which family farmers occupy the fragile base of the production chain. Beyond the economic implications for these families, this model contributes to the commodification of rural space and poses a challenge to food security.

Keywords: Family Farming; Coffee Production; Cooperatives; Pronaf.

RESUMEN: La producción agrícola para el mercado internacional y sus cadenas agroindustriales es vista por muchos como una división social del trabajo que mayoritariamente incluye grandes empresas y grandes propietarios de tierras. Sin embargo, más recientemente y en algunas regiones brasileñas, parece estar ocurriendo un cambio en los paradigmas productivos, incluyendo en este proceso productivo a una parte significativa de la agricultura familiar como la base subordinada de toda la cadena. El municipio de Campos Gerais, en Minas Gerais, se destaca por su especialización en la producción de café, en la cual la agricultura familiar desempeña un papel central en el cultivo del grano. En esta región, las cooperativas actúan como mediadoras entre los productores locales y el mercado global, configurando redes de intermediación que conectan escalas geográficas distintas, generando nuevas tensiones territoriales. Ante este escenario, este estudio investiga el papel de las cooperativas en este proceso, considerando su interacción con el PRONAF como política pública orientada al fortalecimiento de la agricultura familiar. Se argumenta que la interdependencia entre las estrategias de supervivencia de los agricultores, los incentivos estatales a la exportación y el cooperativismo resulta en una dinámica de "cooperación para la competencia", en la cual los agricultores familiares ocupan la base fragilizada de la cadena productiva. Además de las implicaciones económicas para estas familias, este modelo contribuye a la comoditización del espacio rural y representa un obstáculo para la seguridad alimentaria de la población.

Palabras clave: Agricultura Familiar; Caficultura; Cooperativas; PRONAF.

1. INTRODUÇÃO

O avanço das culturas agrícolas destinadas a exportações ocupa cada vez mais o território brasileiro, em detrimento a diversidade produtiva e de alimentos para o consumo em escala local-regional. Autores como Correia (2022), Grisa, Wesz Junior e Buchweitz (2014), Trentin (2019), dentre outros alhures aqui, já denunciaram tal fenômeno. Correia (2022) demonstra, a partir da realidade regional sul mineira como o espaço agrícola para o cultivo de *commodities* agrícolas, principalmente o café e a soja têm ocupado áreas antes destinadas ao plantio de alimentos, como batata, mandioca, mas principalmente o arroz. Grisa, Wesz Junior e Buchweitz (2014), apontam outras utilizações do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), valorizando o cultivar de *commodities* agrícolas pela agricultura familiar. Trentin

(2019), segue o mesmo caminho, demonstrando como na região sul do país, os recursos do programa têm sido utilizados para o cultivo da soja dentre os agricultores familiares, valorando a burguesia agrária brasileira e a agricultura para os mercados externos. Esse processo é contínuo, entendendo suas particularidades espaciais e temporais, desde a Revolução Verde e ampliado pós 1990, com as políticas neoliberais e a presença de multinacionais sobre o território. A ação do Estado é fundamental para a consolidação do agronegócio e das áreas destinadas as monoculturas exportadoras. O crédito rural é uma importante ferramenta de sustentação desse capital na agricultura, que favorece tanto os agricultores familiares quanto os grandes empreendimentos.

O Brasil é o principal produtor de café no mundo, responsável por 31% da produção global, de acordo com a FAO (2023) e conta com diversos atores atuando no território nacional, como multinacionais, conglomerados, cooperativas, bancos, agricultores familiares entre outros. O Sul de Minas Gerais é responsável por cerca de 24 % da produção nacional de café, e o setor familiar tem grande peso nacionalmente, respondendo por aproximadamente 48 % da produção. Na região, esse predomínio pode ser refletido em cooperativas importantes como a Cooxupé, em que 97,4% dos cooperados são agricultores familiares" (ALVES; LINDNER, 2020; CONAB, 2023; GRAZIANO, 2017).

Campos Gerais no sul de Minas Gerais, é um município com 26.105 pessoas (IBGE, 2022) e se destacou, em 2023, como 3º principal produtor de café em Minas Gerais. Neste sentido, cabe entender como o processo de mundialização da agricultura se materializa junto a esses atores. Este artigo tem como objetivo geral compreender como os agricultores familiares se inter relacionam de forma dialética e subordinada com as cooperativas regionais e o papel do Estado, recortado a partir do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Tal fenômeno relacional pode estar transformando as paisagens em espaços familiarmente comoditizados, refletindo e ainda reproduzindo consequências contraditórias da mercantilização e da modernização desigual da agricultura brasileira observada no século XX.

1.1. Mundialização e as renovadas relações agrícolas

O último século assistiu à ascensão do capitalismo monopolista e sua consequente mundialização, alterando as formas de interações espaciais entre os lugares e seus atores, complexificando a divisão social e territorial do trabalho em níveis únicos na história humana. O espaço geográfico é então reestruturado para atender, principalmente, às dinâmicas do capital frente sua continuada dependência de crescimento e disseminação. A internacionalização econômica – e suas consequências socioculturais e ambientais – decorreram, como aponta Oliveira (2012), da evolução dos setores industriais contínuos de uma crescente integração de fluxos de “conhecimentos técnicos, matérias-primas, bens intermediários, produtos e serviços finais através de diversos países do mundo.” (p. 5).

As multinacionais são atores exímios desse processo de internacionalização do capital e do aumento das relações em rede contidas nesse espaço tempo. A mundialização do capitalismo monopolista, dessa forma, acabou por unir de forma dialética o mercado de países altamente industrializados com aqueles com menor participação na produção de técnicas e tecnologias para o mercado mundial (idem) fenômeno que tensiona o espaço em relações contraditórias de participação, cooperação e competição pelo domínio dos territórios e das pessoas.

Essa ordem mundial ditada, principalmente, pelos interesses do capital e das classes sociais hegemônicas responsáveis pela sua expansão afetaram, tanto quanto, o espaço rural e suas relações de produção. No caso brasileiro, houve, entre as décadas de 1960 e 1970, uma forçada intenção de modernização da agricultura visando a expansão do mercado agrícola brasileiro ao mercado mundializado. Ao menos dois fatores – porém articulados dialeticamente – foram preponderantes na completude dessa intenção: a ação do Estado e o seguimento das

diretrizes da chamada Revolução Verde. A integração entre agricultura e indústria, fato que marcou o período de modernização agrícola do país, foi engendrado por um conjunto de políticas públicas – ação do Estado – envolvendo:

[...] crédito rural, garantia de preços mínimos, seguro agrícola, pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural, incentivos fiscais às exportações, minidesvalorizações cambiais, subsídios à aquisição de insumos, expansão da fronteira agrícola, e o desenvolvimento de infraestruturas. Por cerca de 20 anos, este foi o referencial setorial predominante que orientou as ações do Estado no setor agrícola e pecuário [...] (Grisa; Schneider, 2015, p. 129)

Ou seja, as ações do Estado refletem a intencionalidade de expansão, tanto territorial, quanto em relação à inserção ou facilidades dos atores sociais no campo na modernização agrícola e na produção de produtos e alimentos, voltados principalmente ao mercado externo. Primeiramente, essas ações repercutiram em um aumento na produção e na produtividade no campo, assim como na renda agrícola (Ploeg, 2006; Fajardo, 2012), conquanto, de forma concentrada. Entretanto, essa modernização, assim como o acesso às políticas públicas voltadas aos produtores no campo, não alcançaram todos os espaços ou categorias sociais de forma satisfatória. Muitos daqueles produtores rurais com menor capacidade produtiva não conseguiram se inserir nesse processo de modernização e acompanhar as mudanças tecnológicas e de mercado (Lemos e Alves, 2023), o que resultou tragicamente na expulsão de diversos agricultores para as cidades ou mesmo os deixaram às periferias da competição mercadológica (Fajardo, 2012).

As mudanças demográficas e econômico-produtivas tiveram enorme repercussão sobre a diversidade social no meio rural brasileiro desde a década de 1970. De um lado, formou-se um grupo de produtores modernizados, com acesso a tecnologias, altamente mecanizados e inseridos nas cadeias de produção de grãos (notadamente, soja, milho e trigo), carnes (aves e suínos), cana-de-açúcar, silvicultura, entre outros. De outro, consolidou-se e ampliou-se o grupo formado e integrado por uma miríade de produtores e residentes no meio rural que foram alijados desse processo, permanecendo na condição de pobreza e na precariedade. (Schneider, 2010, p. 102).

A lógica pautada na mecanização, na utilização de insumos químicos ou biológicos e as novas relações de trabalho alteraram de forma significativa o campo brasileiro (Fajardo, 2012). Essas novas dinâmicas produtivas baseadas no aumento da produtividade e ampliadas pelas intenções do Estado brasileiro levaram a níveis únicos de mercantilização do campo, reestruturando a lógica produtiva, traçando novas redes de comercialização e distribuição e redesenhando as condições de produção e de quem deve produzir. O campo tornou-se também, como afirma Ploeg (2006) “o núcleo de um novo modo empresarial de produção agropecuária, constituído pela e através da modernização.” (p. 16). Consequentemente, a agricultura sob o capitalismo monopolista mundializado, passou a estruturar-se sobre três pilares: na produção de commodities, nas bolsas de mercadorias e de futuro e nos monopólios mundiais. Intentou-se à transformação de toda produção em mercadorias para o mercado mundial. Assim sendo, a lógica da produção agrícola deixa de ser para o abastecimento interno e estratégia nacional e passa a ser mercadoria de um mercado mundial (Oliveira, 2012, p. 6).

Na agricultura, o processo de mercantilização refere-se a uma situação de crescente interação dos indivíduos com a divisão social do trabalho em que estão inseridos. Existem vários graus e estágios na mercantilização, que não é um processo linear e previsível. A mercantilização não ocorre de forma homogênea porque cada indivíduo ou, nesse caso, cada agricultor, tende a estabelecer distintas formas de relações com os mercados. Por isso, a mercantilização leva também à diferenciação social e econômica dos agricultores. (Schneider; Niederle, 2008, p.996)

Ainda Schneider e Niederle (2008) completam que esse processo de mercantilização do campo tende a alterar as relações socioeconômicas e o próprio território, visto que quanto maior for o grau de mercantilização de determinado espaço mais fortes serão as pressões para que as relações sociais e de produção sigam o mesmo padrão de ordenamento. Por um lado, a lógica neoliberal afeta a lógica produtiva, convertendo todo alimento em mercadoria para o mercado mundial. As bolsas de mercadorias e valores passam a ditar os preços desses produtos – commodities – à nível mundial, controlando a economia das unidades produtivas locais, que ficam subjugadas aos seus interesses. As empresas especializadas em oligopólios mundiais, formadas por multinacionais, controlam, por sua vez, a produção no campo, muitas vezes sem ao menos possuir a posse da terra ou estar, necessariamente, presente no território (Oliveira, 2012; 2015).

Nesse bojo de relações contraditórias, já é quase senso comum que as multinacionais exercem papel fundamental na ampliação das desigualdades socioeconômicas no campo, concentrando renda, terras e controlando os territórios. Essa mundialização da agricultura dentro do capitalismo monopolista reservou espaço de controle e participação das multinacionais criando relações de poder e ditando as dinâmicas territoriais, tornando os produtores rurais subordinados a esse sistema de grandes corporações (Lemos e Alves, 2023). Ademais, passam a integrar os territórios às redes mundiais do agronegócio, reorganizando e trazendo novas dinâmicas e implicações aos lugares (Alves; Lindner, 2020).

Por um lado, essas multinacionais monopolizam os territórios através de empresas de comercialização e processamento industrial controlando, através de mecanismos de subordinação, produtores do campo sem, muitas vezes, ao menos deter a posse das terras, ditando o montante da produção, assim como controlam o jusante da produção, através do beneficiamento, comercialização e processamento industrial (Oliveira, 2012) e por outro, territorializam-se os monopólios, controlando, simultaneamente, “a propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária” processos esses executados, não mais, necessariamente, por diferentes atores ou classes sociais (Oliveira, 2012, p. 8).

Entende-se, assim, que os condicionantes para que a realidade da agricultura brasileira se tornasse tal como o é partiram inicialmente de dois elementos dialeticamente influenciados: o Estado e o setor privado. Consequência, essa aliança alterou as formas e as necessidades do campo brasileiro, incitando “outros” caminhos para os agricultores que permaneceram produzindo no campo. Um desses caminhos e estratégias foi o aumento do cooperativismo, principalmente voltado à comercialização de commodities agrícolas por agricultores incapazes de se mercantilizar isoladamente. O resultado foi um tríplice relacional entre cooperativas, Estado e setor privado, subordinando a agricultura familiar em três níveis distintos. Essa subordinação assumiu uma dupla agenda para esses agricultores. De um lado, apoiados no cooperativismo e fomentados por políticas de crédito rural, esses agricultores foram capazes de se manterem produzindo na terra e “poupados” da migração, mantendo seus lugares – conceito – de produção e do viver. Por outro lado, isso acarreta em uma crescente subordinação desses atores e uma dependência cada vez maior ao capital internacional e as grandes empresas do setor, principalmente relacionada à necessidade de implementos, insumos e grande valores de crédito para manterem a produção para o mercado internacional, reproduzindo uma vida produtiva baseada em dívidas crescentes para manter o primeiro cenário. Aqui, perde-se o lugar – conceito – através da perda de autonomia produtiva e da alteração do modo de viver da agricultura. É a nível primeiro, uma contradição, mas que na realidade, nos permite intelijir que não passa de uma consequência da própria intenção de expansão do capital agropecuário internacional.

1.2. Cooperativas e a commoditização do território

No Sul de Minas, as cooperativas agrícolas são, também, importantes instrumentos para a mundialização da produção desses agricultores. No campo das ideias, as cooperativas “são uma forma ideal de organização das atividades socioeconômicas da humanidade. Juntas e cooperando, as pessoas trabalham coletivamente, rumo a um mesmo propósito para alcançarem satisfação” (Andrade e Alves, 2013, p. 196). Entretanto, as contradições repetem-se no e sobre o espaço e na competição entre os agricultores. As mesmas autoras afirmam que, dentre outros objetivos, essas cooperativas buscam “obter produtividade, diminuição de custos e melhor competitividade da atividade produtiva” (idem, p. 197). Elementos fundamentais para os agricultores, mas isso também significa que através da lógica de cooperação entre os agricultores, surgem oportunidades para aumentar a capacidade competitiva entre os atores, reforçando as desigualdades de acesso e produção no campo que dinamizam de forma contraditória o uso do espaço e a (re)produção dessas famílias.

Fajardo (2012), discorre que o surgimento das cooperativas se deu a partir de uma forma alternativa à inserção modernização do campo, enquanto ao mesmo tempo, incorporaram os produtores aos Complexos Agroindustriais que viviam um grande processo de expansão na década de 1970. Ao ingressarem nessas atividades as cooperativas buscaram o fortalecimento a partir da agregação de valor dos produtos primários, ampliando o papel dessas nas cadeias produtivas. Isso acaba também indo ao encontro do interesse do Estado, tanto pela incorporação do capitalismo no campo brasileiro, quanto pelo desenvolvimento econômico regional pautado no modelo agroindustrial e exportador.

Nesse contexto, o cooperativismo agrícola que já experienciava participação em algumas regiões brasileiras, ganha maior importância como forma de inserir os agricultores alijados aos mercados e as redes de comercialização agropecuária. No cenário, as cooperativas aparecem – ao menos inicialmente – como uma forma contra-hegemônica de melhores condições de produção e participação de pequenos agricultores nos mercados nacionais e internacionais. Mendonça e Lima (2020), ponderam que o modelo cooperativista parte de uma associação socioeconômica capaz de produzir bens e serviços assegurando poder econômico de forma igualitária aos associados, possuindo voz e poder de decisão em relação a sua operacionalização. Entretanto, os princípios cooperativistas em sua gênese tinham como propósito não apenas a melhora econômica dos associados, mas também uma responsabilidade com a sociedade, em aspectos políticos-reivindicativos e de impulso assistencial e educativo aos cooperados e à população onde essas cooperativas se instalavam (Gómez López, 2004).

Singer (2001), ao discutir sobre o cooperativismo, aponta que tais organizações sociais e econômicas, criadas e mantidas por pessoas economicamente fragilizadas, são regidas muito mais pela solidariedade do que pela competição. A economia solidária dessas organizações pode compreender diferentes tipos de empresas e associações voluntárias com objetivo de trazer objetivos econômicos a seus associados. Sendo uma reação direta à carência que o sistema dominante não quer resolver.

Segundo Gómez López (2004), no Brasil, as primeiras experiências cooperativas institucionalizadas surgem no século XIX. Grande parte das cooperativas que foram fundadas neste período e no início do século XX, se caracterizaram por um amplo movimento solidário e instrumento de trabalho coletivo, onde os resultados econômicos eram mais consequências do maior bem estar para a comunidade do que um objetivo primado em si, superando, em muitos casos, a ineficiência de políticas voltadas para o fomento do desenvolvimento rural.

A própria mudança da realidade agrária brasileira no decorrer do século passado, entretanto, parece ter alterado alguns aspectos da gênese cooperativista, em algumas regiões e algumas cooperativas brasileiras. Em primado, aparece como uma reação à monopolização do território por parte de grandes empresas e indústrias. A organização desses pequenos produtores

em “empresas solidárias”, serviu como saída à essa realidade, proporcionando poder de mercado, de barganha e alcance de escala. O capital que falta aos agricultores é, de certa maneira, substituído pela solidariedade (Singer, 2001).

Da etapa de criação de uma cooperativa ao seu funcionamento pleno, Singer (2001), o distingue em ao menos duas fases. Seu estágio inicial é denominado pelo autor como “tempos heroicos”. É o início do cooperativismo, quando o que é retirado pelos associados é apenas o indispensável para assegurar a subsistência dos trabalhadores. Segundo o autor, é nesse estágio que os laços de confiança são formados, tornando a solidariedade possível. Ao passo que este estágio é superado, a solidariedade se combina com distinções individuais dentro da cooperativa. São organizados planos de retiradas mensais individuais com base na “habilitação profissional, responsabilidade, dedicação etc, requeridos para cada cargo” (Singer, 2001, p. 107). Aplica-se uma divisão técnica do trabalho, onde cada associado é remunerado correspondentemente pautado em sua função dentro da organização.

Se levado em consideração essa periodização do autor, pode-se perceber uma aproximação da cooperativa a um modo de divisão do trabalho em uma estrutura conhecidamente empresarial. Entretanto, aqui a solidariedade ainda prevalece sobre os objetivos centrais da cooperativa, sendo essa forma de divisão apenas uma infusão da estrutura empresarial capitalista, visto que a própria realidade se pauta em tal forma de organização.

Essa economia solidária é parte da estrutura social do modo de produção capitalista “na qual a concentração do capital incorpora o progresso técnico e assim determina as condições de competitividade em cada mercado” (Singer, 2001, p. 109). Para o autor, é primordial que uma cooperativa atinja um determinado tamanho para que possa retirar seus associados da pobreza e para que seja capaz de acumular “sobras” que reforcem as fontes do trabalho e a renda solidária. Entretanto, nos parece válido discutir sobre um terceiro momento de transformação temporal de uma estrutura cooperativista. Hipotetiza-se que o aumento desproporcional de certas cooperativas agrícolas aliado a tipos de gestão com viés neoliberal no território brasileiro tem alterado sua gênese cooperativista, deixando a solidariedade em prol de um pensamento empresarial onde o retorno econômico e o alcance de mercados se torna o objetivo principal da cooperativa e não uma consequência da melhor qualidade de vida e do bem estar dos cooperados.

Entremeio, algumas cooperativas cresceram em tamanho e no seu papel enquanto agente econômico invertendo a lógica cooperativista – em sua etimologia – e passando a atuar a partir de uma lógica empresarial, altamente competitiva e controladora dos territórios e seus agentes, relegando a “cooperativa” apenas à nível de nomenclatura (Fajardo, 2012). Essas cooperativas, enquanto empresas, apropriam-se dos territórios, assim como as multinacionais e os atores externos, controlando a produção de matéria prima, do mercado de trabalho e dos ciclos de consumidores (idem). Ou seja, algumas cooperativas passam a agir sobre os territórios, detendo técnicos, tecnologias, controlando os processos produtivos – controle à montante –, de beneficiamento e distributivos da produção de commodities – controle à jusante –, monopolizando o território, assim como as multinacionais. O que difere, aqui, as cooperativas das grandes agroindústrias e tradings agrícolas que monopolizam o território agrícola, é o nível de dependência com os lugares. Enquanto, como já mencionado, as grandes multinacionais têm pouca ou nenhuma responsabilidade com os lugares, as cooperativas dependem, antes de mais nada, dos agricultores locais e regionais para sua inserção nos mercados de circuito curto e longo. Ou seja, é primaz que para as cooperativas se inserirem no mercado competitivo de commodities, os agricultores locais, que são os responsáveis pela produção. Temos uma relação contrária quanto ao nível de importância das escalas entre ambas instituições. Enquanto para as grandes multinacionais o nível primeiro é o global, sendo os lugares uma forma de ampliação do capital, para as cooperativas o nível primeiro é o local, sendo essa a escala primada para que se alcancem os mercados globais.

Os agricultores cooperados, muitas vezes, necessitam inverter suas lógicas de produção, devido a intenção de internacionalização da produção familiar. Da subsistência à mercantilização, “com exceção do trabalho, todos os demais recursos materiais e sociais entram no processo de trabalho como mercadorias.” (Ploeg, 2006, p. 19). É a lógica de mercado que passa a ditar os interesses e as necessidades desses agricultores que acabam produzindo mercadorias para o comércio internacional, mediados pelas cooperativas.

Alguns estudos já apontam essa mudança dos paradigmas cooperativos. As incessantes prioridades estatais e privadas de uma internacionalização da produção primária brasileira transformaram a realidade e a intencionalidade da produção do espaço e de bens e serviços. A supervalorização de políticas voltadas para a produção de commodities para a exportação e o sucateamento de políticas públicas para a agricultura familiar e a produção de alimentos levaram, de meados ao fim do século XX, muitos agricultores e cooperativas a inverterem suas lógicas produtivas com intuito de se integrar no mercado internacional e nessa revisitada ordem da agricultura mundializada.

Gómez López (2004), aponta que o processo de internacionalização do capital, além de provocar mudanças na tendência econômica e social do meio rural de diversos países latino americanos – e consequência disso (apontamento nosso) – também causou mudanças entre os agentes econômicos e sociais responsáveis pela produção do espaço rural, como o caso das cooperativas.

Como discorre o autor, é a partir da década de 1990 que se acelera o processo de “empresariamento” de algumas cooperativas agrícolas na América Latina, principalmente àquelas vinculadas à atividades que se encaixam melhor nos mercados internacionais. “Estos cambios en el sector cooperativo agrario están sustentados en la elaboración y aplicación de políticas que tienden a afianzar un modelo agrario excluyente en el plano interno y selectivo en el externo” (Gómez López, 2004, p. 9).

Há um paradoxo nessa relação. Nesse processo de modernização e industrialização da agricultura, as cooperativas acabam cumprindo uma dupla agenda. Por um lado, servem como um importante veículo para o desenvolvimento do setor primário, desapropriando agricultores familiares de sua autonomia produtiva ao mesmo tempo em que não permite a desapropriação das terras por esses pequenos produtores, os mantendo no mercado e na competição mercadológica (Gómez López, 2004). Trata-se de uma estratégia do capital do agronegócio (idem), duplamente prejudicial para a agricultura familiar.

En esta lógica, las cooperativas agrarias aparecen cada vez más como un instrumento del desarrollo capitalista en el campo, tanto a través del proceso de proletarización traducido en el incremento del número de trabajadores empleados, como mediante el proceso de subordinación del pequeño agricultor al capital industrial y financiero. En esta línea, el discurso de corte neoliberal seguido por las cooperativas agrarias y vinculado al aprovechamiento de las oportunidades del mercado, y la búsqueda de una mayor satisfacción del socio-agricultor, ha reducido a las mismas a una condición de vulgares empresas rurales dominadas por una base social representada por grandes propietarios rurales que no dudan en adoptar, prioritariamente, principios de racionalidad económica en perjuicio de sólidas políticas de fomento y desarrollo social. (Gómez López, 2004, p. 6)

O produtor rural, nessas condições, deixa de ser um sócio-produtor, que participa de forma ativa nos processos produtivos e nas tomadas de decisão da cooperativa, ao passo que perde sua autonomia enquanto ator social e agricultor, visto que a melhor estratégia para se manter no campo passa ser se integrar em mercados altamente competitivos. Tornam-se dependentes do que, de como e de quando produzir; do que, de como e do que consumir. Essas mudanças na estrutura do cooperativismo em corporações que priorizam os ideais neoliberais de

mercantilização da produção familiar acabam por transformar o agricultor associado em um mero cliente da cooperativa (Gómez López, 2004), que depende dela tanto nos processos pré-productivos, produtivos e de beneficiamento, comercialização e distribuição.

Um paradoxo. É uma forma de proletarização da agricultura familiar sem expulsá-los do campo, proporcionando aos agricultores uma sensação de parcial autonomia e de que essa pode ser a única forma de se manterem produzindo como agricultores. Entretanto, ao nível do real o que ocorre é que ao mesmo tempo em que são expropriados de sua autonomia produtiva e integrados em mercados cada vez mais dependentes do setor internacional – gerando novas fragilidades econômicas e sociais aos agricultores – não são expropriados da terra, utilizada, agora, para a expansão da produção primária para a exportação, mediado por cooperativas e multinacionais. É a colonização da agricultura familiar pelo mercado internacional influenciada, em muitos casos, por cooperativas nacionais. A crítica, entretanto, não deve se voltar aos agricultores ou cooperativas que participam desse processo, nos quais muitas vezes não possuem a intenção direta dessa expansão, mas o veem como saída e estratégia de sobrevivência. Mas sim, ao modo de produção vigente que utiliza de estratégias para sua crescente expansão desigual, porém combinada, integrando os mercados através de estratégias de subordinação. No caso sul mineiro essa mudança nos paradigmas cooperativistas acaba, por fim, afetando a forma de como o espaço é produzido e utilizado, criando verdadeiros territórios “familiarmente commoditizados”.

O padrão de monopolização dos territórios exercidos pelas grandes multinacionais do setor parece ter sido incorporado por diversas cooperativas agrícolas, que reproduzem o papel das multinacionais nos territórios, possibilitando, através da solidariedade econômica, que os agricultores incapazes de o fazer por si só, sejam também monopolizados pelas cooperativas e pelas multinacionais. Entretanto, essa reprodução dos valores empresariais e controle dos territórios é apenas parcial, pois elas são, também, monopolizadas pelas multinacionais. A questão da escala aparece novamente no problema. Podemos dividir a equação da seguinte maneira: os agricultores familiares integrados nesses mercados internacionais são a base social e fundante da produção agrícola que alcançará os mercados externos, subordinados em todos os níveis por cooperativas que controlam parcialmente os territórios, pelas multinacionais, pela demanda inalcançada por políticas públicas e pelos ditames do mercado internacional; as cooperativas com forte viés empresarial, por sua vez, são cooptadas e monopolizadas por multinacionais, pois também dependem delas para a compra dos elementos necessários para os processos pré produtivos e não raro, são o caminho principal para a venda dos estoques armazenados na cooperativa; as multinacionais, mesmo com o poder econômico que possuem, ainda dependem dos Estados nacionais e das vantagens econômicas que estes podem lhe oferecer; ao passo que os Estados nacionais se subordinam ao mercado internacional, promovendo políticas públicas e estratégias para que seus atores alcancem cada vez mais o espaço global (figura 1). Mesmo não se tratando de uma regra, essa aproximação de determinadas realidades nos permite refletir sobre novas formas de organização dos territórios e das estratégias de controle deles pelo capital internacional.

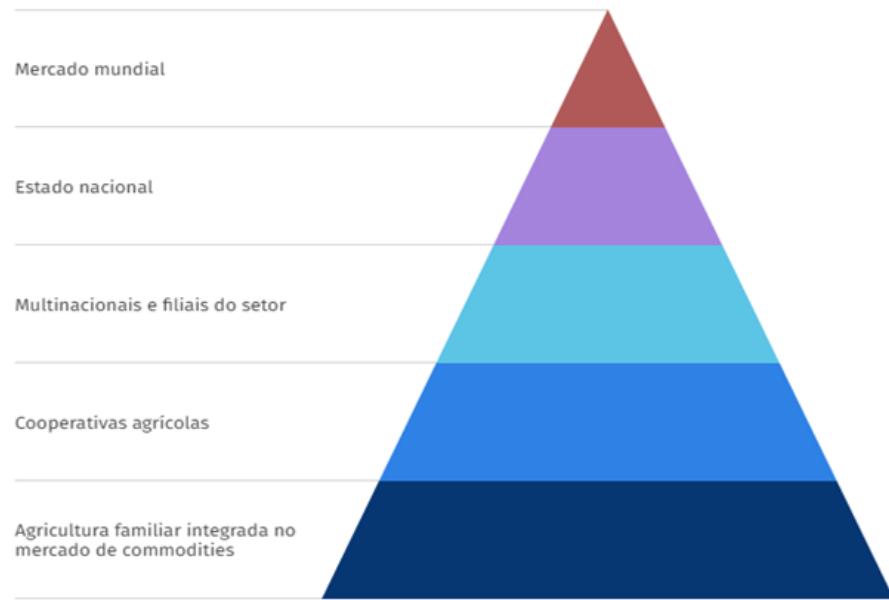


Figura 1 – Pirâmide socioeconômica de subordinação dos atores responsáveis pela produção do espaço agrário brasileiro. Elaboração: dos autores.

A visão empresarial de cooperativas de comercialização tende a criar territórios de tensão para e pela cooperação entre agricultura familiar e empresarial, recriando relações de desigual participação no mercado e de acesso a bens e serviços. A agricultura familiar acaba sendo, de uma forma diferente, mas com o mesmo resultado final, subordinada em seus processos pré e pós produtivos, perdendo boa parte da autonomia de produção.

1.3. Agricultura familiar e o Pronaf

O conceito de agricultura familiar ganhou notoriedade e importância política, institucional e conceitual a partir da década de 1990, principalmente com a institucionalização do PRONAF, após anos marcados de lutas no campo e de acesso à terra. Ademais isso deve-se, também, ao contexto mundial neoliberal no final do século XX que visava, majoritariamente, a capitalização do campo e a diminuição da fragilidade econômica no espaço rural. Como aponta Schneider e Cassol (2013), o reconhecimento da agricultura familiar como ator social presente no campo é recente e seu surgimento normativo deve ser reconhecido à luz de ao menos três fatores de igual importância:

[...] a retomada do papel do movimento sindical após o fim da ditadura militar; [...] ao papel dos mediadores e intelectuais [...] ; [...] ao papel do Estado e das políticas públicas, que passaram a reconhecer este setor e dar-lhe visibilidade a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). (Schneider e Cassol, 2013, p. 5)

Assim sendo, só a partir da década de 1990, com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e em particular, 1996 a partir do decreto presidencial n. 1.946, 28/7/1996, que culminou na criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que a categoria se fortaleceu – depois de muitas lutas, principalmente vinculadas aos movimentos sociais. “A culminância deste processo foi a institucionalização da

Lei da Agricultura Familiar em 2006, que conceituou a agricultura familiar e estabeleceu diretrizes para as ações do Estado" (Grisa, 2018, p. 37).

Devido às dificuldades encontradas pela agricultura familiar, há uma relação estratégica em cooptar os agricultores familiares e conduzir seus modos de produção. Nesse nicho de relações de produção, inserem-se essas categorias sociais que são, devido às próprias contradições engendradas propositalmente pela hegemonia do modo de produção vigente, incapazes de competir e se relacionar de forma equitativa nas relações produtivas e de utilização dos espaços. Por outro lado, são poucas as perspectivas desses atores, sendo uma delas inserir-se a essa lógica produtiva de comercialização para o mercado internacional. É nesse bojo de contradições que a agricultura familiar tem encontrado caminhos e estratégias para sua própria (re)produção econômica e social, mercantilizando boa parte de sua produção agrícola mediados por cooperativas e monopolizados pelas multinacionais. Visando a permanência no campo e sua reprodução como indivíduos, também subordinados ao modo capitalista de produção, a agricultura deixa de cultivar alimentos essenciais e insere-se na produção de commodities agrícolas (Lemos e Alves, 2023).

Um dos fatores determinantes para a inserção desses agricultores na agricultura para o mercado externo diz respeito ao papel do Estado, dos bancos e das políticas públicas, principalmente voltadas ao crédito agrícola. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), mesmo sendo um importante instrumento para a sobrevivência dos agricultores familiares no campo, têm se mostrado como uma ferramenta utilizada para a expansão da produção de commodities agrícolas no campo. Como afirmam Grisa e Schneider (2015), vários estudos mostraram que o programa favoreceu àqueles agricultores com melhores condições socioeconômicas. Sendo, ainda, a maioria dos recursos destinados aos cultivos de milho e de café, produtos altamente competitivos no mercado internacional.

Em estudo sobre o PRONAF e o agronegócio no Brasil, Trentin (2019), discorre que muitas políticas demandadas pelos movimentos sociais do campo são, infelizmente, geridas por burocratas – colocaríamos aqui, pela hegemonia política nacional com fortes intencionalidades neoliberais. Assim, tais políticas, mesmo voltadas à agricultura familiar, acabam por reproduzir o ideal de desenvolvimento da Revolução Verde e continuam favorecendo o grande capital financeiro e as empresas de maquinário agrícola, devido aos financiamentos, o que acentua os problemas de mão de obra no campo e o empobrecimento dos agricultores com altos índices de endividamento. Ainda, o autor demonstra que a maior parte dos recursos no Brasil são destinados ao custeio da produção de soja e de produtos voltados ao mercado exterior, gerando paisagens de monoculturas mesmo nas propriedades normativamente entendidas como de agricultura familiar. Ou seja, os recursos do PRONAF cumprem uma agenda dupla, ao mesmo passo que são destinados à agricultura familiar e os permitem permanecer no campo, estão financiando a produção de commodities agrícolas em propriedades que poderiam estar produzindo alimentos para os mercados locais e regionais.

Apesar da heterogeneidade do território brasileiro Grisa, Wesz Junior e Buchweitz (2014), demonstram que os usos dos recursos do PRONAF têm sido alterados ao longo do tempo e desde sua criação, assim como o conteúdo produzido no rural brasileiro pela agricultura familiar também está se metamorfoseando. Tais conteúdos – e a análise destes – devem, antes de mais nada, ser considerados a partir das especificidades locais e regionais e o nível de modernização da agricultura e mercantilização internacional da produção regional. Visto essas particularidades, os autores demonstram que os recursos provenientes do PRONAF têm, em muitos casos nos últimos anos, sido utilizados em prol de cultivares que valoram a monocultura, como o milho, a soja e o café. A commoditização do território agrícola familiar (re)cria o cenário de dependência dessa categoria social por agentes, atores, instituições e organizações externas à propriedade, através da demanda de compra de insumos, ferramentas, maquinários e pela própria comercialização da produção, muitas vezes voltadas à mercados internacionais onde

multinacionais e cooperativas funcionam como atravessadores da produção. Nesses casos, a política acaba por reforçar o papel monopolizador do território por esses agentes e (re)força uma subordinação da agricultura familiar, reproduzindo os mesmos efeitos causados pela modernização desigual do campo brasileiro no século anterior.

Trentin (2019), ainda discute que ao reproduzir esses pacotes da revolução verde na produção de commodities, os recursos do PRONAF acabam favorecendo o grande capital financeiro e as indústrias de máquinas agrícolas. Além dos problemas ambientais apontados pelo autor, ele também discorre que esse fenômeno acaba deixando diversos agricultores em situações econômicas vulneráveis e com altos índices de endividamento.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Para atingir os objetivos desse trabalho, foi primeiramente necessária uma revisão bibliográfica teórica e temática, pautada na reflexão dos conceitos, discutindo alguns temas importantes para o entendimento da problemática, como a mundialização da agricultura e a monopolização do território pelas grandes empresas rurais; o cooperativismo e de como essas organizações podem estar reproduzindo os papéis monopolizadores de grandes empresas do setor; e sobre o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e como essa política pode estar cumprindo uma dupla agenda, onde por um lado é um importante instrumento para evitar a desapropriação da agricultura familiar, mas por outro incita um caminho produtivo altamente dependente do capital internacional, diminuindo a autonomia produtiva desses indivíduos. A busca por esses temas e autores foi realizada em periódicos, livros científico-acadêmicos e artigos em anais de eventos relacionados ao tema.

Esses elementos, relacionados a partir de uma cooperação pela competição, (re)criam paradigmas produtivos monocultoras nos territórios, agora realizados pela agricultura familiar. Como recorte espacial foi utilizado o município de Campos Gerais, localizado na região Sul/Sudoeste de Minas. Partindo, principalmente de dados do Censo Agropecuário do IBGE (2017) e dados relacionados à utilização do PRONAF no município advindos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), foi intenção compreender a dinâmica agrícola municipal, o papel da agricultura familiar enquanto agente do campo e ator ativo no processo produtivo e relacionada a existência e funcionamento das cooperativas agrícolas regionais, buscando compreender o papel desses agentes e suas interações com o sistema financeiro. Os dados quantitativos dessa pesquisa não refletem e validam sua classificação como tal. Eles são utilizados visando transformar as quantidades em qualidades, possibilitando uma melhor inteligibilidade do tema proposto.

A análise de dados secundários e quantitativos referentes ao Censo Agropecuário e aos do Ministério da Agricultura e Pecuária, foram utilizados buscando a triangulação interpretativa entre a teoria, dados produtivos, fundiários e de utilização de políticas públicas para a análise qualitativa do objeto proposto. Buscou-se, a partir da origem da orientação técnica recebida pelos agricultores, tamanho das propriedades rurais que se beneficiam do PRONAF, tipo de enquadramento no programa e a categoria dos produtos cultivados pelos agricultores beneficiados, refletir, a partir da realidade concreta, esses outros papéis exercidos por cooperativas e políticas públicas, que se distanciam de uma economia solidária, se aproximando de uma lógica voltada ao mercado e à competição. Dessa forma, essa é uma pesquisa qualitativa de caráter crítico que pretende levantar questionamentos sobre novos e recriados paradigmas da agricultura brasileira.

2.1. Área de estudo

Campos Gerais é um município sul mineiro localizado na Região Geográfica Imediata de Alfenas e polarizado pela Região Geográfica Imediata de Varginha (figura 2) e com população de 26.105 pessoas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). A região possui uma economia fortemente ligada à agropecuária, com principal foco na produção cafeeira, sendo essa dinâmica responsável por boa parte dos empregos formais e informais e que causa uma organização espacial e territorial particular, voltada à produção e ao atendimento das necessidades produtivas e de distribuição do agronegócio regional. Em relação ao município em questão, assim como na região, há um alto número de propriedades familiares, porém em uma estrutura fundiária ainda concentrada.

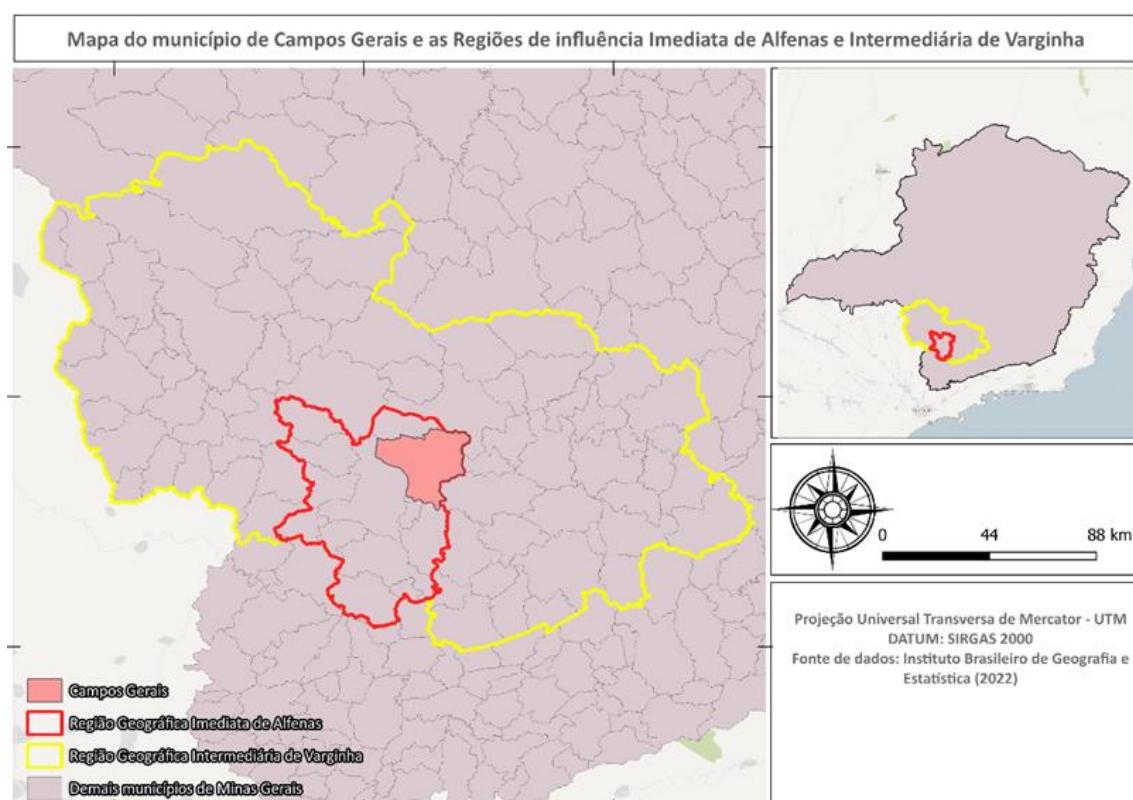


Figura 2 – Município de Campos Gerais e as Regiões de Influência de Alfenas e Varginha. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2024).

No município eram, no total, 3.009 estabelecimentos agropecuários e destes, 2.116 eram propriedades familiares (IBGE, 2017). Mesmo com o alto número de agricultores familiares, Campos Gerais é, dentre os municípios da Região Geográfica Imediata de Alfenas o maior produtor em questão de valores reais de café, produzindo, em 2020, 22.030 hectares da commodity. Muitas empresas, instituições e bancos voltados aos interesses agroexportadores são comumente encontradas no espaço geográfico dos municípios dessa região, desde cooperativas, tradings agrícolas, armazéns de beneficiamento e estocagem, e instituições de crédito agrícola, por exemplo, demonstrando o alto interesse do capital agropecuário internacional em se territorializar nos municípios da região e, consequentemente, uma possível monopolização do território pelo capital mundializado do agronegócio. Em relação às cooperativas de café, essas são importantes veículos para a inserção dos agricultores familiares locais às cadeias longas de comercialização da produção da rubiácea.

3. AS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS E O USO DO PRONAF EM CAMPOS GERAIS

O município de Campos Gerais situa-se em uma região altamente especializada na produção do café, principalmente para o mercado externo. Consequência e razão disto há um significativo interesse do capital internacional em se territorializar nos municípios da região, composta principalmente por cidades pequenas e médias, com baixa dinamicidade na rede urbana regional. Inserida nessa realidade, Campos Gerais é um município com uma pequena cidade, mas que se especializou na produção do café, com a agropecuária, sendo um dos setores majoritários para sua economia. As cooperativas aqui inseridas, são resultados desses processos de internacionalização da agricultura local, assim como novas razões para a expansão desse fenômeno. Relacionam-se dialeticamente com a realidade que as circunda.

Em relação ao Estado, Campos Gerais foi o terceiro município que mais dedicou área ao cultivo de café, produzindo a rubiácea em 20.957 hectares (tabela 1), ficando atrás apenas do município de Patrocínio, Manhuaçu e a frente de municípios como Três Pontas – também no Sul de Minas -- e Monte Carmelo.

Tabela 1 – Área destinada ao cultivo de café dos cinco maiores produtores do estado de Minas Gerais, 2024:

Município	Área plantada ou destinada a colheita (hectares)
Patrocínio (MG)	43.130
Manhuaçu (MG)	21.400
Campos Gerais (MG)	20.957
Três Pontas (MG)	18.600
Monte Carmelo (MG)	17.550

Fonte: Produção Agrícola Municipal - IBGE (2024)

Em relação ao percentual total de área plantada ou destinada à colheita, o café ocupa 68,5% de todas as culturas agrícolas do município, com valor de produção de 454.582 (mil reais), ou 85,7% em relação ao percentual total. Mesmo com grande importância para a balança comercial, no ano de 2023, Campos Gerais exportou apenas U\$ 553.570 em café, representado pelo valor FOB, de acordo com dados do Comex Stat do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) (BRASIL, 2025). Essa contradição entre alto volume produzido e baixo valor exportado, reflete diretamente a relação desigual e combinada entre os lugares devido às divisões intelectuais e territoriais do trabalho características do agronegócio, sendo melhor explorada em pesquisa alhures (GUIARI; DIAS; ALVES, 2025).

São duas as cooperativas agrícolas situadas no município de Campos Gerais. Uma delas é uma filial da atualmente considerada a maior cooperativa agrícola de comercialização de café do mundo, a Cooxupé. Com sede em Guaxupé e criada na década de 1930, a cooperativa conta atualmente com mais de 20 mil agricultores cooperados, sendo – segundo dados da própria cooperativa – mais de 97% considerados nos padrões políticos e jurídicos atuais como agricultura familiar. A cooperativa atua em mais de 330 municípios envolvendo a região do Sul de Minas, Cerrado Mineiro, Matas de Minas e Vale do Rio Pardo, esta última no estado de São Paulo (COOXUPÉ, 2024).

A proporção dimensional que a cooperativa alcançou fez com que a organização crescesse não apenas em tamanho e alcance espacial, mas também na prestação de serviços e na sua atuação no mercado agropecuário. Atualmente, atua não apenas na comercialização de insumos, ferramentas e maquinários agrícolas para os agricultores e na comercialização da produção, mas também possui torrefação própria, agregando valor ao produto, além de auxiliar na produção e comercialização de outros produtos, como o milho e soja e possuir uma fábrica de rações. Além do mais, possui laboratórios para análise pedológica e áreas voltadas para o

geoprocessamento. Nos últimos anos, a cooperativa tem buscado ampliar seus nichos de mercado através de cafés especiais e certificações (idem).

Atendendo mais de três centenas de municípios e mais de duas dezenas de milhares de cooperados, torna-se difícil discutir sobre uma organização pautada mais na solidariedade organizacional do que em uma organização empresarial. Isso é reforçado pelo aumento dos tipos de prestação de serviços disponibilizados por ela. Além de controlar a venda de produtos pré - produtivos e a própria comercialização da produção, ela ainda controla serviços antes prestados por outras instituições, como as análises pedológicas e de geoprocessamento. Aspectos que permitem uma monopolização do território agrário, subordinando os agricultores ao controle à montante e à jusante pela cooperativa.

A outra cooperativa presente aqui é a Coopercam. Esta é uma cooperativa do próprio município, fundada na década de 1980, contando com mais aproximadamente 1.800 cooperados, segundo a própria cooperativa e atendendo ao menos dois municípios: Campos Gerais, seu distrito de Córrego do Ouro e Campo do Meio (Coopercam, 2025). Atua, principalmente, na venda e comercialização de insumos agrícolas e implementos para os cooperados, assistência técnica e no beneficiamento, armazenamento e venda da produção do café. Mesmo com o menor porte e disponibilidade de prestação de serviços aos cooperados se comparados à anterior, percebe-se que a tríplice característica da monopolização do território e de seus atores é presente na disponibilidade de seus serviços, contemplando os processos antes da produção – como a venda de insumos e implementos –, os durante a produção – assistência técnica – e aqueles após a produção – beneficiamento, armazenamento e comercialização. Além do controle dos objetos, técnicas e da logística, a própria existência dessas cooperativas acaba influindo na escolha da produção pelos agricultores, principalmente familiares. Por ser uma das poucas alternativas desses atores, tende-se a criar paisagens altamente comoditizadas, dessa vez, pela agricultura familiar que busca, nessa estratégia, sua (re)produção econômica e social.

O cooperativismo mostra-se importante, inclusive, representado pelas próprias leis municipais. A Lei orgânica do município de Campos Gerais, promulgada em 12 de dezembro de 1996, traz em suas disposições a intencionalidade de apoio ao cooperativismo. No título V: da ordem econômica e financeira; Capítulo I: da atividade econômica; e no Artigo 182, jaz o seguinte parágrafo:

§1º - O município, por Lei, apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo. (Lei Orgânica do Município de Campos Gerais, 1996).

Torna-se claro que o cooperativismo, enquanto organização econômica e social é importante para os agricultores locais, mas tanto quanto, é intenção do próprio município seu funcionamento e manutenção.

A origem técnica recebida pelos agricultores é uma variável importante para entendermos como as cooperativas são importantes não apenas para a compra e venda dos cultivos, mas, também, para os processos pré-produtivos e durante a produção. A orientação técnica é um momento que auxilia na qualidade e nas formas de cultivo, beneficiando tanto os agricultores quanto às próprias cooperativas que terão em suas mãos melhores produtos para a comercialização e inserção no mercado internacional. Em Campos Gerais, as cooperativas exercem papel fundamental para a orientação técnica dos agricultores, principalmente familiares (tabela 2).

Tabela 2 – Total de estabelecimentos com orientação técnica recebida por tipo de agricultura e participação das cooperativas agrícolas na orientação técnica, 2017:

Tipologia dos atores	Recebe	Cooperativas	Não recebe
Agricultura familiar	1527	1319	589
Agricultura não familiar	605	438	288
Total	2132	1757	877

Fonte: Censo agropecuário - IBGE (2017)

Mais de 86% de todas as famílias agricultoras receberam assistência técnica de alguma das cooperativas agrícolas presentes no território. Essa variável ajuda a demonstrar como as cooperativas possuem papel significativo na vida dos agricultores familiares, além de reforçar a quantidade desses atores ativamente produzindo café, visto a especialização produtiva dessas cooperativas na comercialização do grão.

Por não ser um município atendido pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Pronaf possui papel ainda mais significativo na vida e produção desses agricultores. Em 2023, no município de Campos Gerais, segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), havia um total de 876 propriedades familiares com Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e sendo beneficiadas pelo programa. Um dado interessante, é que a média total da área dessas unidades não alcançava 1 módulo fiscal nos padrões municipais (tabela 3). Sendo o módulo fiscal o valor de 26 hectares para o município, a média das propriedades beneficiadas pelo PRONAF era de 0,31 módulos fiscais, ou seja, 8,06 hectares. Lembra-se de que para poder ser considerado agricultura familiar no Brasil, a propriedade não deve ultrapassar 4 módulos fiscais. Esse valor, na realidade municipal, equivale a 104 ha. Se comparado, o valor total de hectares ultrapassa em muito o visto na realidade dos agricultores que, em sua maioria, utilizam o programa.

Tabela 3 – Tamanho (em módulos fiscais) das propriedades que utilizaram o Pronaf em Campos Gerais - 2023:

Tamanho em módulo fiscal	Quantidade	Percentual
Até 1	833	95,09%
Entre 1 e 4	43	4,91%

Fonte: MAPA (2023)

Apenas 43 (4,91%) dessas unidades podem possuir até quatro módulos fiscais. Isso ajuda a entender a discrepância do acesso à terra e os problemas de estrutura fundiária encontrados no município, principalmente relacionados aos agricultores que precisam de créditos para a produção. Dentre esses 876 agricultores pronafianos, existem dois tipos de enquadramento no programa: PRONAF grupo “B” e do tipo “variável”. O grupo “B” do programa, visa atingir um grupo mais fragilizado da agricultura, mas que não se enquadram como assentados. Esses agricultores, normalmente foram bastante prejudicados pelos processos modernizadores do século passado, sendo o programa, um importante caminho para a melhoria da vida econômica dessa população (Grisa; Wesz Junior; Buchweitz, 2014). Entretanto, sua participação é bastante pequena no município, alcançando apenas 3 contratos, de todos os DAP’s. O outro grupo presente no município é o chamado de variável. Neste grupo são disponibilizados diferentes valores de financiamento, com diversas taxas de juros, o que permite o uso do recurso por agricultores mais capitalizados (idem). Esse tipo de enquadramento é majoritário em Campos Gerais, como demonstram os dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (tabela 4).

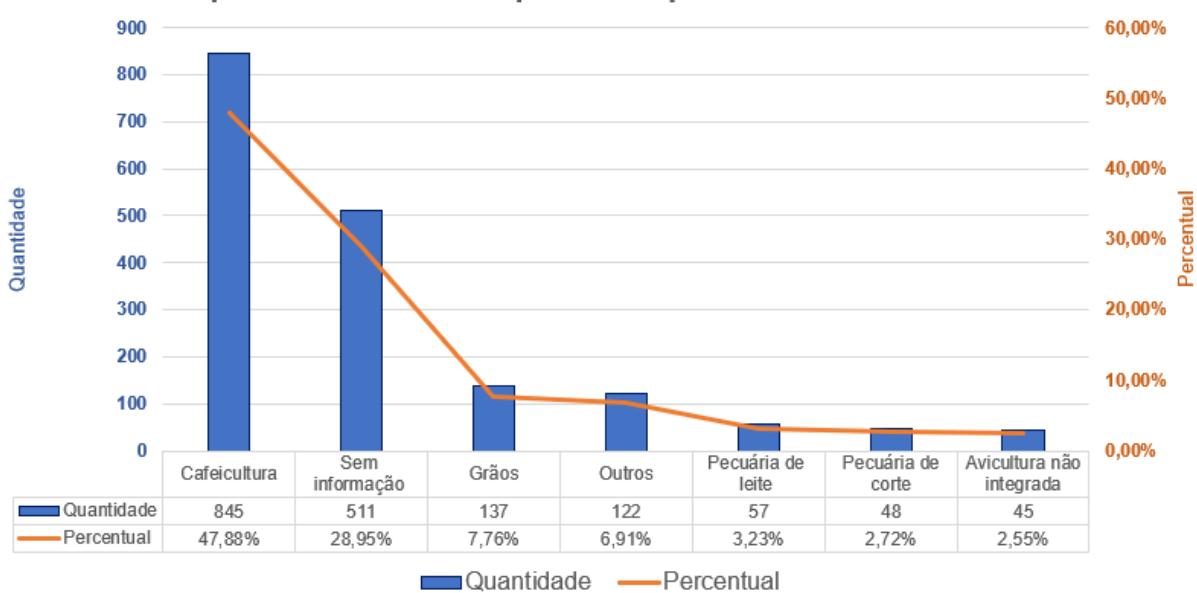
Tabela 4 – Tamanho (em módulos fiscais) das propriedades que utilizaram o Pronaf em Campos Gerais - 2023:

Enquadramento	Quantidade	Percentual
PRONAF B	3	0,34%
Variável	873	99,66%

Fonte: MAPA (2023)

O caráter cafeeiro do município pode ser um determinante importante para o tipo de enquadramento majoritariamente encontrado em Campos Gerais. O custeio da produção e os valores de investimentos no cultivo da rubiácea tendem a ser consideravelmente altos, demandando grandes valores de financiamento através da contratação do programa, o que não se enquadraria no grupo “B”, que possui contratos com valores menores disponíveis.

Em relação aos produtos cultivados pelos agricultores locais, percebe-se, como posto na figura 3, que grande parte dos recursos são alocados à produção de cultivares com alto interesse mercadológico, principalmente para o mercado internacional, com ênfase para o café.

Categoria dos produtos cultivados por agricultores familiares pronafianos no município de Campos Gerais-MG em 2023

Figura 3 – Categoria dos produtos cultivados por agricultores familiares pronafianos no município de Campos Gerais - 2023. Fonte: MAPA (2023). Elaboração: dos autores.

Majoritariamente, os créditos obtidos pelos DAPs na contratação do PRONAF são destinados ao cultivo do café familiar em Campos Gerais. São, no total, 845 (47,88%) unidades que utilizam o financiamento para o custeio ou investimento na produção da commodity. Entre os grãos, destaca-se a produção do milho, utilizada no município tanto para o consumo interno familiar quanto para sua comercialização in-natura e através de feiras livres, principalmente com sua transformação em agroindústrias informais para a venda de derivados do grão, como: pamonha, curau e bolos. Entretanto, sua participação é baixa em relação ao café. Outra cultura que merece destaque é a soja. Quase imperceptível na paisagem rural do Sul de Minas antes da década de 2010, ela vem ganhando espaço no território agrícola regional, como demonstrado em estudo por Correia (2022).

Necessitando de maior poder mecânico, tecnológico e possuindo uma maior dependência de insumos e fatores externos à propriedade, esse cultivo tende a precarizar ainda mais a

produção familiar devido aos altos níveis de dependência e de gastos de investimento para o mantimento da cultura. Entretanto, o maior número de safras e os retornos iniciais da produção da soja, pode ser um elemento atrativo para diversos agricultores, principalmente após os diversos problemas ambientais que ocorreram nos últimos anos, como as secas e as geadas, que erradicaram diversos pés de café da região. Ponto que merece bastante atenção, pois pode significar o início de um novo paradigma agrícola no Sul de Minas.

Mesmo que o cultivo ainda esteja sendo produzido por agricultores com maior capacidade de capital, boa parte do que foi produzido de soja utilizando o crédito do PRONAF, foi cultivado em propriedades pequenas, que não ultrapassam 8 hectares. Corroborando com a rentabilidade inicial da soja, mesmo com apenas 8 propriedades destinando os recursos do PRONAF para sua produção, os valores provenientes dela superam, em muito, o da maioria dos outros cultivos familiares (tabela 5).

Tabela 5 – Tamanho (em módulos fiscais) das propriedades que utilizaram o Pronaf em Campos Gerais - 2023:

Produção	Valor	Percentual
Café	R\$ 121.089.869,00	82,75%
Outros	R\$ 14.579.935,00	9,96%
Milho	R\$ 3.037.320,00	2,08%
Bovinos - leite	R\$ 2.226.563,00	1,52%
Bovinos - carne	R\$ 2.198.270,00	1,50%
Soja	R\$ 980.448,00	0,67%
Avicultura não integrada	R\$ 428.920,00	0,29%
Feijão	R\$ 308.360,00	0,21%
Tomate	R\$ 275.000,00	0,19%
Produtos olerícolas em geral	R\$ 246.714,00	0,17%
Produtos da pesca de águas interiores	R\$ 229.506,00	0,16%
Frutas - lavoura permanente	R\$ 218.100,00	0,15%
Psicultura	R\$ 150.000,00	0,10%
Outros produtos da agroindústria familiar	R\$ 142.600,00	0,10%
Frutas - lavoura temporária	R\$ 114.000,00	0,08%
Sorgo	R\$ 100.000,00	0,07%

Fonte: MAPA (2023)

Mesmo com apenas 8 unidades produzindo, a soja somou R\$980.448,00 de valor de produção no ano de 2023. Quase 1 milhão de reais, ficando à frente de importantes alimentos para a população, como a avicultura (R\$428.920,00), o feijão (R\$308.360,00), produtos olerícolas (R\$246.714,00), produtos de pesca (R\$229.506,00) e as frutas (R\$332.100,00). Acima da soja, é possível observar apenas a produção de commodities agrícolas e pecuárias, como os bovinos de carne e leite, somando R\$4.424.833,00, o milho R\$3.037.320,00 e o café, com o valor incondicionalmente maior, alcançando R\$121.089.869,00 (82,75%) de toda a produção, apenas considerando aquilo que foi cultivado a partir de recursos provenientes do PRONAF.

É um cenário de commoditização do território pela agricultura familiar, em prol da diminuição constante da produção de alimentos, mesmo que isso não signifique seu total desaparecimento. Quando se trata de mercado, a maioria dos cultivos plantados com recursos do programa governamental giram em torno, principalmente dos mercados internacionais. A produção agrícola de alimentos e a criação de animais voltados à alimentação é majoritariamente para a subsistência, com poucos elementos remanescentes para o abastecimento alimentar local e regional.

Atenta-se para a problemática já anunciada por Grisa; Wessz Junior; Buchweitz (2014) e Trentin (2019), assim como diversos autores sobre a nova reprodução de velhos valores importados da intencionalidade creditícia brasileira em modernizar de forma desigual o rural

nacional. Como bem pontuam os primeiros autores, será o PRONAF uma política que realmente valora a agricultura familiar e suas especificidades enquanto o são, ou apenas uma política de crédito que reproduz esses velhos padrões que visam a modernização do campo e o aumento das trocas comerciais internacionais? Ao nível apenas do recorte de Campos Gerais essa pergunta não pode ser respondida. Mas se reforça tais inquietações. De forma majoritária, esses recursos têm sido utilizados no município como forma de internacionalização da produção local. Outros grupos do PRONAF, tem pouco ou nenhum alcance no município talvez por sua própria realidade construída com a presença massiva do café na vida social e econômica da população. Ademais, os incentivos municipais e cooperativistas influem na propagação do cultivo, o que por si só, não é – ou não deveria -- ser um problema. O problema central é o inverso. É na falta de valorização produtiva e econômica da produção de alimentos, fenômeno que desde o início caracterizou a agricultura familiar. Assim, concorda-se parcialmente com Trentin (2019), que em algumas regiões brasileiras o programa tem servido mais como uma forma de valorização dos produtos apropriados pelo agronegócio, do que de (re)produção da agricultura familiar, valorizando uma burocratização familiar de produção, em prol do desaparecimento da historicamente construída produção familiar de alimentos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço nacional, visto sua amplitude e heterogeneidade, deve ser visto, entendido e estudado a partir das particularidades que caracterizam os espaços enquanto o são. Em certas regiões, como o Sul/Sudoeste de Minas e o município de Campos Gerais, a produção agrícola e pecuária exerce papel fundamental na produção do espaço social e econômico de seus habitantes. A criação do PRONAF, em meados da década de 1990 (re)criou caminhos de esperança para problemáticas no espaço agrário brasileiro, valorizando categorias sociais que foram excluídas e alijadas do processo de modernização da agricultura ao longo da segunda metade do século XX. Entretanto, algumas décadas depois, parece que para algumas regiões a política pública acabou se tornando mais uma política de crédito rural que não contempla a amplitude necessária para promover um desenvolvimento rural equitativo para a população do campo. Acaba cumprindo uma agenda dupla de não expropriação da agricultura familiar, mas de reprodução das mesmas problemáticas envolvendo os processos modernizantes da agricultura brasileira, promovendo a produção de cultivos altamente vinculados ao mercado internacional e, consequentemente, aumentando a fragilidade da agricultura familiar frente a crescente necessidade de endividamentos para a própria produção.

Pelo recorte proposto, foi possível observar – mesmo que relacionado a parte da realidade concreta – que o PRONAF tem sido utilizado em Campos Gerais, mormente para a produção de commodities agrícolas, que serão destinadas ao mercado internacional mediada pelas cooperativas que atuam sobre o território. Esse fenômeno denuncia uma realidade contrária àquela proposta pelo ideal da própria política pública, criada visando a valorização da agricultura familiar e seu papel como a principal produtora de alimentos de qualidade. Aliado a isso, mesmo as cooperativas exercendo um papel importante para a sobrevivência e manutenção social e econômica desses agricultores, sua especialização funcional enquanto mediadora da agricultura aos mercados internacionais de commodities agrícolas, reforçam o processo de commoditização dos territórios, agora, também, pela agricultura familiar.

Para além dos seus atores, o próprio espaço e seus objetos são transformados pautados nas ações dessa própria intenção de construção da realidade. O espaço anteriormente – e historicamente – destinado ao cultivo de alimentos capazes de diminuir os problemas relacionados à segurança alimentar é, agora, utilizado para a produção onde o consumo ocorre alhures ao próprio país. Essa dinâmica, além de ser um problema em si social, é ainda uma problemática econômica que afeta principalmente a população mais fragilizada

economicamente, encarecendo o valor dos alimentos, visto a necessidade de compra por outras regiões ou países que o produzem. É necessário observar e entender essa realidade, mas tanto quanto, partir dela para pensar estratégias e traçar planos de planejamento rural e urbano que voltem a valorizar a agricultura familiar enquanto o que é, produtora de alimentos de qualidade para a população rural e urbana.

AGRADECIMENTOS

À financiadora FAPEMIG, “o presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG)”.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. D.; LINDNER, M. Agronegócio do café no sul de Minas Gerais: territorialização, mundialização e contradições. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v. 14, n. 2, p. 433-451, 2020. <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/okara/article/view/54246>>. Acesso em: 28/11/2023.

ANDRADE, M. C.; ALVES, D. C. Cooperativismo e Agricultura Familiar: um estudo de caso. **RAIMED - Revista de Administração IMED**, v.3 n. 3, p. 194-208, 2013. <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5061341.pdf>>. Acesso em: 01/12/2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **PRONAF**. <<https://observatorio.agropecuaria.inmet.gov.br/>>. Acesso em: 02/01/2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. **Comex Stat**: sistema de estatísticas de comércio exterior. Brasília, 2025. <<https://comexstat.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 02/01/2025.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). Café Forte: Conab faz levantamento das safras 22/23. Maior produtor mundial, Brasil tem 48 % da produção agrofamiliar. 2023. <<https://conafer.org.br/cafe-forte-conab-faz-levantamento-das-safras-22-23-maior-produtor-mundial-brasil-tem-80-da-producao-agrofamiliar/>>. Acesso em: 02/01/2025.

COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DE CAMPOS GERAIS E CAMPO DO MEIO (COOPERCAM). **Institucional**. <<https://coopercam.com.br/institucional/>>. Acesso em: 02/01/2025.

COOPERATIVA REGIONAL DE CAFEICULTORES EM GUAXUPÉ (COOXUPÉ). **Quem somos?** Guaxupé-MG, 2024. <<https://www.cooxupe.com.br/quem-somos/>>. Acesso em: 10/12/2024.

CORREIA, G. G. S. Cafeicultura e especialização produtiva na Região Geográfica Imediata de Alfenas-MG: as dinâmicas rurais e urbanas na commoditização do território. **Trabalho de conclusão de curso** - Instituto de ciências da natureza, curso de Geografia Licenciatura, Universidade Federal de Alfenas. Alfenas, p. 106. 2022. <<https://www.unifal-mg.edu.br/geografia/wp-content/uploads/sites/141/2022/12/TCC-FINAL-GUILHERME-1.pdf>>. Acesso em: 11/11/2023.

FAJARDO, S. A territorialidade das cooperativas agropecuárias no estado do Paraná. In: **“Territórios em disputa: os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro”**. Uberlândia. Anais eletrônicos... Uberlândia, p. 1- 19, 15 a 19 de outubro de 2012. <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_engae2012/eixos/1270_1.pdf>. Acesso em: 01/12/2023.

FAO. Coffee, green production in 2023: Crops/Regions/World list [online]. In: Economics of coffee e Coffee. Informação compilada a partir do repositório FAOSTAT — Food and Agriculture Organization of the United Nations. 2025.

GÓMEZ LÓPEZ, J. D. **Las cooperativas agrarias: instrumento de desarrollo rural**. Alicante, España: Publicaciones Universidad de Alicante, 2004.

GRAZIANO, X. O agronegócio familiar do café. Sociedade Nacional de Agricultura, 2017. <<https://sna.agr.br/o-agronegocio-familiar-do-cafe-por-xico-graziano/>>. Acesso em: 28/11/2023.

GRISA, C. Mudanças nas políticas públicas para a agricultura familiar no brasil: novos mediadores para velhos referenciais. **Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas**, 38(1), v.38, n.1, p. 36–50, jan-jun/2018. <<https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/37>>. Acesso em: 03/12/2023.

GRISA, C; SCHNEIDER, S. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, C., SCHNEIDER, S. (orgs). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 19-50, 2015. <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/232475/000975245.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 04/12/2023.

GRISA, C.; WESZ JUNIOR, V. J.; BUCHWEITZ, V. D. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 52, n. 02, p. 323-346, Abr/Jun 2014.

IBGE. **Censo agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html>>. Acesso em: 15/05/2024.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**: população e domicílios: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>>. Acesso em: 15/05/2024.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>>. Acesso em: 15/05/2024.

LEMOS, T. C. S.; ALVES, F. D. As cooperativas no processo de mundialização da agricultura: a monopolização do território pela COOPFAM em Poço Fundo-MG. **Caderno de Geografia**, v.33, Número Especial 1, p. 538-563, 2023. <<https://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/31325>>. Acesso em: 27/10/2023.

MENDONÇA, L. C. U.; LIMA, M. E. P. Formação de redes de distribuição para o sucesso das cooperativas de agricultura familiar. **Ideias & Inovação**. Aracaju, v. 5, n.3, p. 27-34. Junho de 2020.

OLIVEIRA, A. U. A mundialização da agricultura brasileira. **XII Colóquio Internacional de Geocrítica**. In: Las independencias y construcción de estados nacionales: poder, territorialización y socialización, siglos XIX-XX. Bogotá, Anais eletrônicos... Bogotá, p. 1-15, 7 a 11 de Maio de 2012. <<https://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf>>. Acesso em: 19/10/2023.

OLIVEIRA, A. U. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **Geousp – Espaço e Tempo** (Online), v. 19, n. 2, p. 229-245, ago. 2015. <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/102776>>. Acesso em: 19/10/2023.

PLOEG, Jan D. V, der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.) **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: EDUFRGS, p.13-54, 2006. <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/232207/000717534.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 09/10/2023.

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação da agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **RURIS**, v. 4 , n.1, p. 85-130. Mar. 2010. <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/16832>>. Acesso em: 02/12/2023.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. A Agricultura Familiar no Brasil. **Documento Nº 145 Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial**, Septiembre, p. 01-90, 2013. <https://www.rimisp.org/wp-content/files_mf/1438617722145AgriculturaFamiliarBrasil_ShneideryCassol_editado.pdf>. Acesso em: 01/12/2023

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. Agricultura Familiar e Teoria Social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, F. G.; FARIA NETO, A. L. ed.). **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade , agronegócio e recursos naturais**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados; Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, p. 989-1014, 2008. <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CPAC-2010/29491/1/faleiro-01.pdf>>. Acesso em: 07/10/2023.

SINGER, P. Economia solidária versus economia capitalista. **Sociedade E Estado**, 16(01 e 02), 2022, p. 100–112. Recuperado de <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/44623>

TRENTIN, I. C. L. Programa Nacional de Fortalecimiento de la Agricultura familiar: Promoción de la Agricultura Familiar o Agronegocio en Brasil?. **Revista Verde**, v. 14, n.4, p.554-561, out-dez de 2019. Disponible em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7185356>>. Acesso em: 12/12/2023